

**ÁFRICA PÓS-COLONIAL:  
o problema da identidade nacional  
POST-COLONIAL AFRICA:  
the problem of national identity**

Francisco Antonio de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Sâmia Beatriz Lopes da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesquisa busca encontrar resposta para o seguinte problema: como explicar a questão da procura por uma identidade nacional, no continente africano? O seu recorte temporal é o período pós-colonial da África. Depois da Segunda Guerra Mundial, estando a Europa enfraquecida, as colônias europeias no continente africano irão se mobilizar, visando conquistar a própria liberdade. Liberto, cada país ou território do continente africano terá de enfrentar o desafio de preservar a sua unidade. Ligado a isto, está a necessidade de lidar com as questões relativas à identidade (de africano, mas também respectivamente de ganense, moçambicano, angolano, sul-africano, nigeriano etc.). Contudo, a construção de uma identidade nacional é, em si, tarefa bastante complexa e um problema de difícil solução. No caso africano, compreender a questão da identidade nacional exige por parte de quem se dispõe a enfrentar essa tarefa observar vários elementos, por exemplo: a) o desafio de manter o novo Estado unido; b) o período pós-colonial traz a marca da novidade histórica; c) a difícil política no continente; d) a Tradição como elemento definidor.

**Palavras-chave:** Identidade; África; pós-colonial; Estado nacional; Estado plurinacional.

**ABSTRACT:** The research seeks to find an answer to the following problem: how to explain the question of the search for a national identity on the African continent? Its time frame is the post-colonial period in Africa. After the Second World War, with Europe weakened, the European colonies on the African continent will mobilize, aiming to gain their own freedom. Freed, each country or territory on the African continent will have to face the challenge of preserving its unity. Linked to this is the need to deal with issues relating to identity (of African, but also respectively of Ghanaian, Mozambican, Angolan, South African, Nigerian etc.). However, the construction of a national identity is, in itself, a very complex task and a problem that is difficult to solve. In the African case, understanding the issue of national identity requires those willing to face this task to observe several elements, for example: a) the challenge of keeping the new State united; b) the post-colonial period bears the mark of historical novelty; c) the difficult politics on the continent; d) Tradition as a defining element.

**Keywords:** Identity; Africa; post-colonial; national State; Plurinational State.

---

<sup>1</sup> Orientador: Prof. Associado I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); tem Graduação e Mestrado em Filosofia, Doutorado em Educação e Pós-Doutorado em Ciências da Religião; membro do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas Educacionais (NEEPE); desenvolve as seguintes linhas de pesquisa: Religião e Política; Habermas e Educação; Filosofia Africana. E-mail: franciscoantonio@cem.uespi.br

<sup>2</sup> Bolsista PIBIC/UESPI: Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: samiabguilherme@gmail.com

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa que deu origem ao presente texto é de base eminentemente teórica, busca responder ao seguinte problema: como explicar a questão da procura por uma identidade nacional no continente africano? Quanto ao seu recorte temporal, informamos que se trata do período pós-colonial da África. Depois da Segunda Guerra Mundial, estando a Europa enfraquecida<sup>3</sup>, as colônias europeias no continente africano irão se mobilizar com o intuito de conquistar a sua liberdade. Nesse processo, uma série de países se tornam livres: Líbia (1947), Sudão (1956), Marrocos (1956), Tunísia (1956), Gana (1957) e Guiné (1958) foram os primeiros. No ano de 1960, mais dezessete deles obtiveram a independência. Ainda na década de sessenta, foi a vez de outros dezesseis. A independência dos demais países veio na sequência. No novo cenário, frequentemente, as ex-colônias tiveram de lidar com o desafio de manter a unidade seja do seu território seja de suas populações. "O nosso país é um daqueles, em África, que são altamente elogiados por sua unidade" (ROSBERG, 1971, p. 79) afirmou Nyerere. Esta frase do pensador e político tanzaniano, pertencente ao povo Zanaki, presidente da Tanganica e, posteriormente, da Tanzânia (país que cultiva cerca de 150 idiomas) indica um desejo mais do que uma realidade factual. Afinal, é quase impossível não perguntar até onde vai essa unidade. De fato, as dificuldades relativas à unidade, no continente africano, não são um fenômeno vivenciado apenas por ele. Além da necessidade de saber lidar com a questão tangente à sua identidade enquanto africano, as pessoas daquele continente precisam resolver outra questão, isto é, "há um elemento histórico que não pode ser desprezado: depois da colonização, cada um dos cinquenta e quatro países convive diariamente com o desafio de definir sua identidade, respectivamente, de ganense, moçambicano, angolano, sul-africano, nigeriano etc." (VASCONCELOS; SOUSA, 2021, p. 3)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Devemos ter em conta que a percepção de uma Europa fragilizada já se fazia presente antes mesmo de eclodir a guerra em 1939. Um bom exemplo a esse respeito foi a defesa feita pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset do eurocentrismo. O seu livro *La Rebelión de las masas*, publicado em 1930, trata da crise europeia.

<sup>4</sup> Na realidade, são cinquenta e cinco países, contando com o Saara Ocidental (não reconhecido pela ONU, mas legitimado pela União Africana desde 1982). Trata-se de um território, com superfície de 266.000Km<sup>2</sup> e população entre 600 e 700 mil, disputado por Marrocos e pelo movimento Frente Polisário.

## 1. IDENTIDADE NACIONAL

Como já se sabe, a construção de uma identidade nacional é, em si, tarefa bastante complexa e um problema de difícil solução. “A busca pela identidade nacional – a criação de um senso de nacionalidade territorial que transcende as lealdades paroquiais de raça, etnia, religião, língua e região - não é apenas um importante problema de desenvolvimento para novos estados” (ROSBERG, 1971, p. 79). Ao contrário, é também um tremendo desafio. No caso de África, compreender a questão da identidade nacional exige, por parte de quem se dispõe a enfrentar essa tarefa, observar vários elementos, a saber: a) a necessidade e o conseqüente desafio de um novo Estado se unificar e se manter unido; b) o período pós-colonial traz a marca da novidade histórica, isto é, ele representa o novo cenário no qual o africano viverá; c) a necessidade de repensar a relação com a Europa colonizadora para superar os traumas advindos dessa relação assimétrica; d) o conceito de *pessoa*, na África Negra; e) a política no continente; f) a implantação da democracia na África; g) a Tradição como elemento definidor; h) a diversidade linguística do continente; i) a construção de um pensamento descolonizado; j) o papel do Estado. Por conta disso, a fim de termos uma melhor compreensão dessas diferentes nuances que envolvem a questão, o *corpus* considerado por nós nesta pesquisa foi o seguinte:

- a) *National Identity in African States* (ROSBERG, 1971): O texto analisa a situação da formação da identidade nacional, no continente africano, no período que se inicia com a conquista da independência, em relação às potências europeias, obtida pelos países da África. O autor chama a atenção do leitor para alguns pontos: os regimes coloniais não perseguiram conscientemente políticas de construção da nação nas unidades políticas que eles esculpíram na África; políticas aplicadas, no final do período colonial, elevaram a dramaticidade das questões étnicas em muitos países; o caso do Congo, é um bom exemplo de paroquialismo na formação do Estado; considerando o conjunto dos sistemas políticos africanos, observa-se que alguns gozam de vantagens que promovem, em vez de impedir, a criação de identidade nacional; a manipulação política feita por algumas lideranças da relação entre a rápida expansão do direito ao voto e a diversidade étnica; apesar da ideologia do

igualitarismo ser bastante difundida na política africana, constata-se fortes disparidades resultantes em renda e recursos entre regiões e grupos étnicos.

b) *O mundo desaba, uma leitura de Things Fall Apart de Chinua Achebe* (ALENCAR PEREIRA, 2008): Essa obra do nigeriano Chinua Achebe, publicada em 1958, é tida como um trabalho de narrativa nacional da Nigéria. Nele o autor fala das mudanças e suas consequências advindas do encontro cultural entre igbos e ingleses. O livro traz a história de Okonkwo, um respeitado guerreiro igbo que vê seu mundo sofrer mudanças profundas com a chegada do colonizador britânico” (ALENCAR PEREIRA, 2008, p. 1).

c) *Afrique en dialogue, Afrique en auto-questionnement: universalisme ou provincialisme? “Compromis d’Atlanta” ou initiative historique?* (FOÉ, 2013): Nesse artigo, a discussão do encontro entre mundos (culturas) prossegue. Agora, o horizonte observado é ampliado para a África e a Europa. O professor Nkolo Foé debate “como a condição (pós-)colonial mantém uma tensão entre duas diferentes interpretações dessa relação” (FOÉ, 2013, p. 176). As disputas se dão entorno de temas relevantes: a tese colonial de que os povos e culturas do continente africano seriam desprovidos de história, de que o pensamento africano se alimenta das bases epistêmicas europeias, produzidas por teóricos que questionam (ou mesmo negam) a humanidade plena do africano. Além disso, “o texto faz uma análise crítica das teorias de existência de uma alma negra. A análise recai na discussão sobre como a “questão nacional”, como substituta da “questão social”, operou para a organização de uma cultura do servilismo, que mantém o colonizado afastado das condições objetivas da cidadania moderna” (FOÉ, 2013, p. 176).

d) *A noção de pessoa na África Negra* (HAMPÂTÉ BÂ, 2018): Aproximar-se das discussões a respeito do significado de “pessoa” nas culturas do continente africano é algo necessário para quem aceita o desafio de tentar entender a África. Essa necessidade parece ser proporcional ao encantamento e à dificuldade que o estudo do conceito de pessoa gera. O autor maliano, ciente do desafio, esclarece a respeito

de sua estratégia no texto:

Eu me abstenho de ceder às armadilhas dos modelos padronizados. É por isso que não pretendo apresentar aqui uma noção de pessoa que valha para toda África Negra, mas sim limitada às tradições malianas, e nomeadamente àquelas das etnias fula e bambara (HAMPÂTÉ BÂ, 2018, p. 1).

O estudo desse artigo será enriquecido com as reflexões propiciadas por Ifeanyi Menkiti (1984) e Kwame Gyekye (2002).

e) *Pensar a política na África* (KOUVOUAMA, 2015): O debate a respeito da identidade nacional no continente africano, depois de obtida a sua independência política em relação à Europa (tema da nossa proposta de pesquisa) atinge em cheio a situação política na África. No escrito analisado, Abel Kouvouama, lembrando haver uma diferença de perspectiva entre a visão política de Platão (restrita, pois ela seria uma atividade reservada apenas para alguns, dentro de uma sociedade) e aquela desenvolvida por Aristóteles (ampla, porque se trataria de uma atividade prática que diz respeito ao conjunto da sociedade, uma vez que o homem é um animal político) faz a sua opção pela perspectiva aristotélica.

f) *A democracia na África: a ascendência platônica* (NZINZI, 2022) e *Les processus de démocratisation en Afrique* (CONAC, 1993): Com estes artigos, demos prosseguimento às discussões apresentadas no texto anterior, trazendo o foco do debate para a questão delicada e exigente da democracia no continente africano pós-colonial. O texto de Pierre Nzinzi ataca diretamente a perspectiva exclusivista, discriminatória, elitista e equivocada de Platão sobre a política. A hipótese apresentada pelo autor denuncia que a experiência histórica da democracia, no continente em estudo, é marcada por este platonismo político. Esclarece o autor:

O obstáculo democrático teria, portanto, uma base cultural, mas não especificamente africana; ao contrário, pertenceria ao antigo pano de fundo platônico e anti-humanista de que as potências africanas e seus apoiadores ocidentais compartilham. Para sair deste cerco "neoplatônico" e dos limites da democracia formal, este artigo se propõe a se inspirar nas premissas

epistemológicas e políticas da “sociedade aberta” popperiana (NZINZI, 2022, p. 217).

Prosseguindo conectado à situação da democracia na África, o texto seguinte, escrito por Gérard Conac, fornece um relato histórico das tentativas de se implementar regimes democráticos nos países do continente africano, desde a obtenção das respectivas independências até 1993, ano da publicação do estudo apresentado pelo artigo. Ilustrando com a experiência vivida por vários países de lá, o trabalho destaca as dificuldades de se estabelecer a democracia em solo africano. O autor chama a atenção para uma tendência na luta pelo poder em África, que efetivamente é um dos grandes entraves ao estabelecimento da democracia naquela região. Trata-se do seguinte fato: líderes políticos que assumiam o poder, através do voto livre e comprometidos com o princípio democrático de alternância do poder, no final de seu governo, optam por quebrar o pacto democrático e passam a recorrer a golpes militares, mantendo-se no poder (as vezes com a manutenção do poder ditatorial, por mais de duas décadas, sob o controle da mesma família).

g) Filosofia africana e a descolonização do pensar (VASCONCELOS, 2017) e *Mémoires et constructions nationales en Afrique* (HAMOUDA; RAMONDY, 2015): No século XIX, vozes vindas do continente europeu questionavam a plena humanidade do africano, nesse movimento de negação antropológica, situava-se a tese segundo a qual a África não seria capaz de produzir pensamento filosófico próprio. Na década de 1940, a discussão sobre a existência de uma filosofia africana retorna com força, gerando um empoderamento epistêmico no continente de Sédar Senghor, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Anta Diop, Eboussi-Boulaga e Kwasi Wiredu. Devemos reconhecer que, sejam as lutas pela independência sejam os esforços empreendidos para a efetivação da liberdade do continente, da independência até os nossos dias, a filosofia africana apresenta um traço muito forte e praticamente universal entre a intelectualidade daquele continente, isto é, um desejo de construir um pensamento descolonizado. Trata-se de uma característica que não se restringe apenas ao campo da Filosofia, mas, encontra-se também em outras áreas do saber em África. O primeiro texto foca diretamente nessas questões.

Quanto ao segundo artigo, as discussões visam compreender a própria noção de “nação” e como ela efetivamente vem ocorrendo, na África pós-colonial, a partir das experiências históricas vivenciadas no continente, nas últimas décadas. Assim, o autor traz ao debate aspectos importantes, por exemplo: para alguns, a formação da nação é algo espontâneo; a nação e o Estado são unidos por um vínculo incontestável; “Para Anderson, a nação nasceu da convergência do capitalismo, tecnologia de impressão e linguagem” (HAMOUDA; RAMONDY, 2015, p. 4); para alguns especialistas, a maioria dos Estados da África Subsaariana não teriam capacidade de construir nações; as incertezas a respeito de quando os Estados teriam se formado na região do Magreb, se no período pré-colonial, colonial ou pós-colonial.

i) *Langues, cultures et territoires, quels rapports?* (LAFONTANT, 1995): O texto procura entender os vínculos realmente existentes entre línguas, culturas e territórios.

É preciso separar língua e cultura. Para apoiar esta proposta, mencionarei algumas das complexidades e dificuldades já muito bem conhecidas que essas duas noções suscitam. Então, examinarei as relações entre língua, cultura e território com o objetivo de mostrar que não há inevitavelmente uma isomorfia entre os três (LAFONTANT, 1995, p. 230).

Devemos ter em mente a imensa variedade linguística, cultural e territorial presentes na composição do continente africano. Então, falar de constituição de nação, fundação de Estados e construção de identidades coletivas é algo que, no caso específico de África, não deve ser feito sem respeitar essa complexidade mencionada.

j) *L'État ne crée pas la nation: la nationalisation du monde* (CAHEN, 1999): O artigo analisa a situação da África pós-colonial. Confrontando as categorias “Estado” e “nação”, elabora a tese de que a nação não é criada pelo Estado. Note-se que se trata de uma afirmação diametralmente oposta àquela defendida por Léopold Sédar Senghor, o primeiro presidente do Senegal, para quem, na África, o Estado criava a nação. A maior parte dos Estados africanos é composta de Estados sem nação, lembra o autor. Ele também chama a atenção para a situação das fronteiras dos países do continente, são muito artificiais. O autor sugere: “[...] se pararmos a confusão entre Estado e nação, a existência de “nações reais” nem sempre impõe um

desejo de criação do estado (por separação ou fusão) (CAHEN, 1999, p. 161)”. Para ilustrar esse fato, ele cita o exemplo da nação Congo (repúblicas do Congo, Zaire, de Angola e enclave de Cabinda).

A nação é um processo histórico de longo prazo que as políticas estatais podem reforçar, mas nunca criar do zero. Quer tomemos exemplos tão diferentes como os de Portugal, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos da América do Norte ou Estados Unidos do Brasil, não é a nação que "criou" o Estado ali, nem o Estado que "criou" a nação lá.” (CAHEN, 1999, p. 152)

Assim, aperfeiçoar o nosso entendimento a respeito dos processos históricos, políticos e sociais pelos quais passa o continente africano, por um lado, e, mais especificamente, obter uma melhor compreensão dos eventos experimentados pela África, no que se refere à questão africana da definição da identidade nacional, por outro lado, são elementos indispensáveis para uma melhor compreensão e enriquecimento da geopolítica em andamento atualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os processos de lutas que resultaram na independência do continente africano, verifica-se frequentemente que o país, ao conquistar a sua independência do colonizador europeu, tinha diante de si um desafio a ser enfrentado, a saber, manter a sua unidade. Lideranças políticas como Kwame Nkrumah (em Gana), Sédar Senghor (no Senegal), Julius Nyerere (na Tanzânia), Jomo Kenyatta (no Quênia) e mesmo Mobutu Sese Seko (no Congo RDC), para citar apenas alguns, são nomes de autoridades africanas que se dedicaram a manter a unidade de seus respectivos países. A construção de uma nação (um todo formado por partes) é algo que tem a ver com interesses. Apesar do que afirmam os discursos nacionalistas, as experiências históricas mostram que o surgimento de uma nova nação é resultado dos interesses de uma das partes (ou algumas delas) envolvidas no processo e, por isso, a fisionomia da nova nação é o rosto da parte (ou partes) que conseguiu (conseguiram) se sobrepôr (sobreporem) às demais. Esse *modus operandi* é bem comum: foi assim na França, na Itália e aqui no Brasil também (no nosso caso, o grupo dos portugueses – embora numericamente menor, assumiu o controle do processo e acabou impondo à nova nação até mesmo a língua deles, o português).

Conforme já mencionamos anteriormente, os Estados nacionais são projetos elaborados pela Europa moderna e, com a introdução do sistema de colonização da África por forças europeias a partir do final do século XIX, tem-se início o engendramento de Estados nacionais no continente africano. Assim sendo, fica claro que “O Estado-nação em África não provém de uma evolução das sociedades africanas” (YVES, 1981, p. 273). Já havíamos chamado a atenção também para um outro aspecto pertencente à problemática da instauração de Estado-nação no continente africano, bastante relevante. Trata-se da existência de inúmeras nações/etnias naquele continente. Por conta disto, dentro de um mesmo país, é possível ter várias nações/etnias distintas (por vezes rivais). Esta situação aponta para a necessidade dos países da África colocar em prática não o modelo de Estado-nação, mas o de Estados plurinacionais. Se a implantação de Estados nacionais à europeia vem se mostrando tarefa nada fácil para os países africanos, não duvidamos que mais desafiador ainda para a África será colocar em marcha o projeto de Estados plurinacionais (na América Latina, o presidente Evo Morales deu início a uma mudança de modelo, isto é, substituir o Estado nacional boliviano por um Estado plurinacional. Esta opção do presidente boliviano, indígena da etnia uru-aimará, lhe custou um golpe de Estado, aplicado pelas elites bolivianas). Certamente, não será fácil para os países do continente africano, todavia nos parece fazer mais sentido para a África optar pelo modelo de Estados plurinacionais. “Parece-me que as sociedades africanas podem escapar a este impasse e talvez nos mostrem o caminho, se souberem animar espaços que vivem em si mesmos, em vez de quererem sufocá-los” (YVES, 1981, p. 281). Eis um grande desafio que se apresenta ao continente neste início de século.

## REFERÊNCIAS

**APPIAH**, Kwame Anthony. **NA CASA DE MEU PAI: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2014.

**BAMBARA**, Romuald Évariste. **PHILOSOPHIE ET DÉVELOPPEMENT DE L'AFRIQUE, AFRIQUE ET DÉVELOPPEMENT**, v. 43, n. 3, 2018, p. 1-24. Audiência de 30 mai. 2007. Disponível em: < <https://codesria.org/IMG/pdf/-219.pdf> >. Acesso em: 8 jun. 2019.

**CAHEN**, Michel. **L'ÉTAT NE CRÉE PAS LA NATION: La nationalisation du monde**. Autrepart, n. 10, p. 151-170, 1999. Disponível em: < [https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/autrepart/010019331.pdf](https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/autrepart/010019331.pdf) >. Acesso em: 25 out. 2021.

**CONAC**, Gérard. **LES PROCESSUS DE DÉMOCRATISATION EN AFRIQUE**. In: **CONAC**, Gérard (dir.). **L'Afrique en transition vers le pluralisme politique**. Paris. Economica, 1993, p. 11-42. Disponível em: < <https://storage.googleapis.com/cantookhub-media-edem/6d/511c3634374dcdba2f5f5117cdf93f1708977b.pdf> >. Acesso em: 23 set. 2019.

**DIAGNE**, Souleymane Bachir. **ISLAM ET PHILOSOPHIE: Leçons d'une rencontre**. Diogène, n. 202, p. 145-151, abr./jun. 2003. Disponível em: < [file:///C:/Users/mlver/Downloads/DIO\\_202\\_0145.pdf](file:///C:/Users/mlver/Downloads/DIO_202_0145.pdf) >. Acesso em: 13 set. 2019.

**DIOP**, Cheikh Anta. **LES FONDEMENTS POLITIQUES, ÉCONOMIQUES, CULTURELS, INDUSTRIELS, TECHNOLOGIQUES ET SCIENTIFIQUES D'UN FUTUR ÉTAT FÉDÉRAL D'AFRIQUE NOIRE**. Paris. Présence africaine, 2000.

**FOÉ**, Nicole. **AFRIQUE EN DIALOGUE, AFRIQUE EN AUTO-QUESTIONNEMENT: universalisme ou provincialisme? "Compromis d'Atlanta" ou initiative historique?** Educar em Revista, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Disponível em:

< <https://www.scielo.br/pdf/er/n47/11.pdf> >. Acesso em: 4 jul. 2020.

**GYEKYE, Kwame. PERSON AND COMMUNITY IN AFRICAN THOUGHT.** In: **COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J.** (eds). The African philosophy reader. New York. Routledge, 2002, p. 297-312.

**HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A NOÇÃO DE PESSOA NA ÁFRICA NEGRA.** In: **DIETERLEN, Germaine** (ed.). La notion de personne en Afrique noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin Ferreira Medeiros. Disponível em: < [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou\\_hampat%C3%A9\\_b%C3%A2\\_-\\_a\\_no%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_pessoa\\_na\\_%C3%A1frica\\_negra.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_-_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_pessoa_na_%C3%A1frica_negra.pdf) >. Acesso em: 12 fev. 2018.

**HAMOUDA, Houda Ben; RAMONDY, Karine. MÉMOIRES ET CONSTRUCTIONS NATIONALES EN AFRIQUE.** CAIRN.INFO: Matières à Réflexion, v. 3 n. 117-118, p. 4-9, 2015. Disponível em < [file:///C:/Users/mlver/Downloads/MATE\\_117\\_0004.pdf](file:///C:/Users/mlver/Downloads/MATE_117_0004.pdf) >. Acesso em: 6 jan. 2021.

**KEITA, Boubakar N. HISTÓRIA DA ÁFRICA NEGRA: Síntese de história política e de civilizações.** Luanda. Texto Editora, 2009.

**KOUVOUAMA, Abel. PENSAR A POLÍTICA NA ÁFRICA.** Pólemos, v. 4, nº 8, p. 105-111, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/mlver/Downloads/admin-12.pdf> >. Acesso em: 23 nov. 2019.

**LAFONTANT, Jean. LANGUES, CULTURES ET TERRITOIRES, QUELS RAPPORTS?** Cahiers franco-canadiens de L'Ouest, v. 7, n. 2, p. 227-248, 1995. Disponível em < <https://ustboniface.ca/presses/file/documents---cahier-vol-7-no-2/72Lafontant.pdf> >. Acesso em: 8 dez. 2021.

**LIMA, Claudia Silva. O ISLAMISMO NA ÁFRICA.** Disponível em: < [http://www.claudialima.com.br/pdf/o\\_islamismo\\_na\\_africa.pdf](http://www.claudialima.com.br/pdf/o_islamismo_na_africa.pdf) >. Acesso em: 13 de mai. 2019.

**LOTT, Tiago Horácio. NGUGI WA THIONG'O: A literatura afroeuropeia e a escritura em gikuyu.** Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, v. 1, n. 2. p. 119-130, 2013. Disponível em: < <file:///C:/Users/mlver/Downloads/23078-Texto%20do%20artigo-91109-1-10-20150818.pdf> >. Acesso em: 4 set. 2020.

**MAUDUIT, Rémy M. ÉDITORIAL: Les défis de l'identité nationale.** In: ASPJ Afrique & Francophonie, v. 1, n. 4, p. 1-2, 2010. Disponível em: < [https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ\\_French/journals\\_F/Volume-01\\_Issue-4/editorial\\_f.pdf](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ_French/journals_F/Volume-01_Issue-4/editorial_f.pdf) >. Acesso em: 7 set. 2021.

**MAZRUI, Ali Al'amin. THE AFRICAN CONDITION: A political diagnosis.** London: Heinemann, 1980.

**MENKITI, Ifeanyi A. PERSON AND COMMUNITY IN AFRICAN TRADITIONAL THOUGHT.** In: WRIGHT, R.A. (ed.). African philosophy: An introduction. Washington. University Press of America. 1984, p. 171-181.

**NGUGI WA THIONG'O. DECOLONISING THE MIND: The politics of language in african literature.** Nairobi. EAEP, 1997.

**NZINZI, Pierre. A DEMOCRACIA NA ÁFRICA: A ascendência platônica.** Revista Reflexões de Filosofia, a. 11, n. 20, p. 216-231, 2022. Disponível em < [https://www.researchgate.net/publication/359849350\\_A\\_DEMOCRACIA\\_NA\\_AFRICA\\_A\\_ASCENDENCIA\\_PLATONICA](https://www.researchgate.net/publication/359849350_A_DEMOCRACIA_NA_AFRICA_A_ASCENDENCIA_PLATONICA) >. Acesso em: 6 jan. 2021.

**ORTEGA Y GASSET, José. LA REBELIÓN DE LAS MASAS.** Barcelona, Planeta-Agostini, 1985.

**ORUKA**, Henry Odera. “**SAGE PHILOSOPHY: The basic questions and methodology**”. In: H. Odera Oruka (ed.) Sage Philosophy: Indigenous Thinkers and Modern Debate on African Philosophy. Nairobi. ACTS Press, 1991.

**ROSBERG**, Carl G. **NATIONAL IDENTITY IN AFRICAN STATES**. The African Review, v. n. 1, p. 79-92, 1971. Disponível em: < [https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA00020117\\_33](https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA00020117_33) >. Acesso em: 2 nov. 2021.

**SANTOS**, Roberto Magalhães dos. **UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ISLAMISMO AFRICANO E SUA CHEGADA AO BRASIL**. Emblemas, v. 14, n. 2, p. 43-54, 2017. Disponível em: < <file:///C:/Users/mlver/Downloads/50586-Texto%20do%20artigo-219383-1-10-20180427.pdf> >. Acesso em: 16 abr. 2019.

**VASCONCELOS**, Francisco Antonio de. **FILOSOFIA AFRICANA E A DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAR**. Saberes Interdisciplinares, a. 10, n. 20, p. 40-51, 2017. Disponível em < [https://www.researchgate.net/publication/354322327\\_Filosofia\\_africana\\_e\\_a\\_descolonizacao\\_do\\_pensar](https://www.researchgate.net/publication/354322327_Filosofia_africana_e_a_descolonizacao_do_pensar) >. Acesso em: 6 jan. 2021.

**WIREDU**, Kwasi. **PHILOSOPHY AND AN AFRICAN CULTURE**. Cambridge. Cambridge University Press, 1980.